



SOCIEDADE

Turismo do perigo

Acidente de balão que matou 8 em SC expõe vazio legal na atividade turística e pressiona governo e Congresso por regulamentação

» IAGO MAC CORD*
» WAL LIMA

A queda de um balão em Praia Grande (SC), no último dia 21, que resultou na morte de oito pessoas e deixou outras 13 feridas, gerou comoção nacional — e escancarou uma lacuna regulatória ignorada por mais de uma década. Em meio ao luto e à paralisação de parte do turismo no extremo sul catarinense, o episódio pressionou o governo federal e o Congresso Nacional a acelerarem medidas para normatizar o balonismo no país, até então tratado como atividade aerodesportiva, sem exigência de licenciamento turístico, certificação técnica ou inspeção regular das aeronaves.

O Ministério do Turismo confirmou, em nota, que vai avançar em reuniões com representantes do setor para discutir a elaboração de regras claras e específicas. “A expectativa é de que, já na próxima semana, haja um avanço significativo nesse processo”, informou a pasta, que reconhece estar tratando do tema apenas desde o início deste ano — apesar da crescente popularização da prática e da pressão de municípios diretamente envolvidos com a atividade.

Hoje, balões turísticos operam no Brasil “por conta e risco dos envolvidos”, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O órgão admite que não há, atualmente, qualquer tipo de habilitação técnica exigida para pilotos de balão de ar quente, nem regulamentação para certificar a segurança das operações voltadas ao turismo.

No Congresso, o tom mudou. O senador Esperidião Amin (PP-SC) abriu diálogo com a presidência da Anac e deve reunir-se na próxima semana com representantes da agência. “Precisamos entender o que depende de alteração legal e o que cabe à regulamentação técnica. Há um movimento de parlamentares para apresentar projetos de lei, mas é preciso equilíbrio e, acima de tudo, foco na segurança”, disse.

O senador destacou que a Anac vem estudando modelos internacionais desde dezembro, mas cobra mais celeridade. “A população precisa de uma resposta. É um setor que cresceu muito e, agora, ficou exposto à própria sorte.”

Já o senador Jorge Seif (PL-SC) foi mais direto: “Três acidentes com balões em uma única semana (veja quadro). Isso exige resposta imediata do poder público. Precisamos discutir com seriedade a regulamentação e segurança do balonismo turístico no Brasil.”

Dois dias após o acidente, a deputada federal Daniela do Waguiinho (União-RJ) apresentou um projeto de lei que busca estabelecer regras específicas para o balonismo tripulado. A proposta ainda aguarda despacho da presidência da Câmara dos Deputados.

O **Correio** também procurou a assessoria do deputado Marcelo Álvaro Antônio (PL-MG), que

Natália Chaves/NSC TV



Homenagem às vítimas da tragédia em Praia Grande (SC) uma semana após o acidente; empresas receberam aval para retomar voos em balões de ar quente



Há mais de 10 anos pedimos regras claras. O que queremos agora é um marco de segurança. Todo balão tem extintor, mas é preciso checar se estão em dia. Queremos mais rigor na fiscalização”

Murilo Pereira Gonçalves, presidente da Associação de Pilotos de Balão de Praia Grande

» Impacto em série

A tragédia em Santa Catarina repercutiu em outros estados. A Prefeitura de Chapada dos Guimarães (MT) cancelou a tradicional apresentação de balonismo no Festival de Inverno deste ano, citando o acidente como alerta para os riscos da prática. “Entendemos o encanto que o balonismo traz ao evento, mas nenhuma experiência deve se sobrepor ao cuidado com a vida”, declarou a organização. Segundo as autoridades catarinenses, o acidente em Praia Grande foi provocado por um incêndio após falha em um maçarico auxiliar. A Polícia Civil aguarda laudos periciais para concluir as investigações. A tragédia é a terceira do tipo registrada somente no mês de junho no Brasil: outras quedas ocorreram em Boituva (SP), com uma morte, e em Maresias (SP), sem vítimas.

preside a Comissão de Turismo na Câmara dos Deputados, mas foi informado que não poderia ser atendido pois o parlamentar estaria em agenda local juntamente com o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL).

O setor de balonismo segue à margem da legislação federal. Nem a pasta do Turismo, nem a Anac, nem o Congresso têm uma estrutura normativa voltada

especificamente para o esporte aéreo. A Confederação Brasileira de Balonismo, por sua vez, comentou, em nota, que não tem competência legal para fiscalizar empresas do setor, limitando-se à promoção esportiva da atividade.

Consumidor

Por conta da lacuna regulatória, outra questão que fica ao léu é

a responsabilidade da empresa em relação a quem paga pela atividade. A vice-presidente da Comissão de Direito do Consumidor e Educação para o Consumo da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF), Ângela Pinheiro, explica que o Código de Defesa do Consumidor “incide integralmente” sobre a relação contratual entre as empresas de turismo de aventura e seus clientes.

“A partir dessa premissa, o praticante é considerado consumidor vulnerável, titular de todos os direitos básicos previstos no artigo 6º, entre eles a proteção à vida, à saúde e à segurança, a informação adequada e a reparação integral de danos patrimoniais e morais. As empresas somente podem oferecer a atividade se o serviço for efetivamente seguro, devendo alertar, de maneira clara e prévia, sobre riscos residuais inevitáveis”, explicou.

A advogada alerta para que os consumidores verifiquem se a empresa está cadastrada no Cadastur. Junto, ela recomenda solicitar provas de conformidade às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), confirmar a habilitação e experiência do piloto ou guia, examinar visualmente o estado dos equipamentos, fazer perguntas sobre os protocolos de segurança, guardar a documentação e registros de comunicação e, se possível, contratar seguros que cubram atividades de risco.

Enquanto a burocracia se move em Brasília, o clima em Praia Grande é de paralisia e comoção. Com o fim do luto oficial na

última quinta-feira, as empresas receberam o aval para poderem voltar com os voos turísticos, mas ainda há forte resistência de parte do setor, segundo o presidente da Associação de Pilotos de Balão de Praia Grande, Murilo Pereira Gonçalves.

Segundo ele, entre 60% e 70% das reservas foram canceladas desde o acidente. “Não é possível mensurar o prejuízo — pelas vidas perdidas e pelo impacto humano. Mais de 500 pessoas dependem diretamente do balonismo na cidade”, afirmou.

Segurança

Gonçalves defende a regulamentação da atividade e já articulou, com outros empresários locais, a criação de um protocolo operacional com normas padronizadas. “Há mais de 10 anos pedimos regras claras. O que queremos agora é um marco de segurança. Todo balão tem extintor, mas é preciso checar se estão em dia. Queremos mais rigor na fiscalização”, declarou.

Ângela Pinheiro lembra que, nesse tipo de turismo, é obrigatório o repasse de informações prévias, completas, inteligíveis e ostensivas quanto à atividade a ser praticada. Segundo ela, a assinatura de um termo padrão é insuficiente, e é “indispensável” que a empresa demonstre ter instruído de maneira efetiva cada participante, com briefings de segurança, fornecendo equipamentos adequados e que medidas compatíveis com o risco sejam adotadas.

“As empresas somente podem oferecer a atividade se o serviço

for efetivamente seguro, devendo alertar, de maneira clara e prévia, sobre riscos residuais inevitáveis. Toda dúvida interpretativa se resolve a favor do consumidor, reforçando o caráter protetivo do CDC”, explicou.

A advogada também destaca que, no turismo de aventura, “qualquer falha em equipamentos, deficiência na qualificação da equipe ou inadequação das condições de segurança caracteriza defeito do serviço, nos termos do artigo 14 do CDC (Código de Defesa do Consumidor)”.

Para aumentar a segurança do consumidor, reforçou a especialista, é necessário tornar obrigatória a adoção das normas ABNT de gestão de risco, com auditorias independentes e um sistema nacional de notificação de incidentes.

Homenagem

Um ato em homenagem às oito vítimas do acidente em Santa Catarina foi organizado pela Associação de Pilotos e Empresas de Balonismo (Avibaq), com apoio da secretaria de turismo da prefeitura local. Houve a presença de um pastor, que disse palavras de conforto para os presentes. Os participantes, de mãos dadas, soltaram oito balões brancos, cada um com o nome de uma das vítimas. Segundo informações da Prefeitura de Praia Grande, participaram do ato “balonistas, empresários do setor e representantes do trade turístico”.

***Estagiário sob a supervisão de Andreia Castro**

» Quina de São João paga maior prêmio da história

A Caixa realizou, ontem, o sorteio do concurso 6760 da Quina de São João. Em sua 15ª edição, o prêmio é o maior da história: R\$ 250.247.112,44. Os números sorteados foram 12-19-20-34-35. Já as 13 apostas vencedoras foram registradas em distintos cantos do país. Teve milionário em São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Irmã de Juliana Marins critica legista: “Absurdo”

A irmã de Juliana Marins teceu críticas ao médico legista que fez o laudo da necrópsia da jovem de 26 anos que morreu após cair na trilha do vulcão Rinjani, na Indonésia. Em um vídeo nas redes sociais na noite de sexta-feira, Mariana Marins revelou que a família foi chamada no hospital, mas uma coletiva de imprensa foi feita antes.

“Caos e absurdo. Minha família foi chamada do hospital para receber o laudo mas, antes que eles

tivessem acesso a esse laudo, o médico achou de bom tom dar uma coletiva de imprensa pra falar pra todo mundo que estava dando o laudo antes de falar para minha família. É absurdo atrás de absurdo e não acaba mais”, apontou.

Em entrevista em um hospital de Bali, o legista disse que o laudo preliminar indicou morte por impacto com objeto contundente, de superfície relativamente plana e dura, causando ferimentos por todo o corpo — o mais grave nas

costas. Ele afirmou que os indícios apontam para morte quase imediata, no máximo até 20 minutos após o impacto, e que a possibilidade de a causa ter sido fome ou inanição é praticamente nula. Também disse não ter encontrado sinais de hipotermia.

Translado

Mariana aproveitou a postagem para informar que a família aceitou a ajuda da Prefeitura de Niterói para

pagar o traslado do corpo. “Ontem, a gente encontrou com o prefeito Rodrigo Neves. Para quem tem dúvida, a Prefeitura de Niterói vai pagar o traslado do corpo da Juliana para o Brasil. Niterói está fazendo questão muito grande pela Juliana. Ela amava Niterói, era apaixonada pelas praias. Ela amava de paixão. Então é muito bonito ver essa atitude da prefeitura”, declarou.

O prefeito Rodrigo Neves (PDT) recebeu, na quinta-feira, a família de Juliana, que mora em Niterói.

Neves firmou na ocasião compromisso de arcar com o traslado do corpo e anunciou batizar o mirante e a trilha da Praia do Sossego, em Cambóinhas, em homenagem à publicitária.

Juliana fazia uma trilha no Monte Rinjani, na Ilha de Lombok, na Indonésia, no último dia 21, quando caiu na borda da cratera do vulcão. As equipes de socorro só conseguiram chegar até ela, dias depois, e constataram que já havia morrido.